



Secção – Agricultura

As secções são parte muito importante do nosso Congresso contribuindo para uma discussão mais plural dos vários sectores, permitindo a participação directa de todos os delegados.

Secção muito participada, existiram um conjunto muito alargado de participações de agricultoras e agricultores de grande importância não só evidenciando os problemas mas também apresentando soluções e alternativas a esta política agrícola que, tal como ficou patente em toda a discussão, tem levado à ruína milhares de agricultores.

Ficou clara a necessidade da mudança de políticas, a necessidade de apoiar os pequenos e médios agricultores, os homens e mulheres que de sol a sol "lavram" a terra que no final das colheitas mal conseguem vender o seu produto, e quando o fazem é a preços muito pouco compensadores obrigando-os a encerrar portas e a mudar de vida.

Pretende-se com este documento resumir a discussão tida nesta secção através da explanação dos principais pontos abordados:

1. Escoamento dos Produtos

Um dos problemas identificados por muitos dos agricultores foi a grande dificuldade na venda dos seus produtos, do escoamento da sua produção. As principais razões apresentadas foram concorrência, muitas vezes desleal, de produtos estrangeiros, que chegam ao nosso País a preços muito mais baixos que os nossos sem se perceber muito bem como.

As propostas apresentadas vão no sentido da valorização da produção nacional da valorização dos mercados locais garantindo a produção de proximidade. Será necessário retirar o monopólio da distribuição de

alimentos do grande agro-negócio mundial e criar leis e regras, quer ao nível de Portugal quer ao nível da União Europeia, que protejam as pequenas e médias explorações garantido o escoamento dos seus produtos.

Vários agricultores intervieram no sentido de se inverter esta política de liberalização dos mercados exigindo mesmo que agricultura, como sector estratégico que é para a manutenção da vida humana, fique de fora das negociações da OMC.

2. Preços Dignos à Produção

Um tema muito ligado ao escoamento dos produtos é os preços dos bens agrícolas nos produtores. Nas situações em que o produto até é escoado, na grande maioria das vezes são vendidos a preços muito reduzidos tendo em conta os custos de produção. Mais uma vez aqui foram apontadas as culpas desta situação ao mercado denominado livre, (que de livre só terá o nome) em conjunto com as grandes multinacionais da transformação e da distribuição.

A baixa dos preços na produção muito raramente se reflecte nos preços aos consumidores, ficando o valor do trabalho dos pequenos e médios agricultores portugueses para os intermediários para a grande distribuição Nacional e estrangeira. Também aqui as soluções apresentadas vão no sentido da mudança das políticas, na garantia dos preços nos produtores, na obrigação das empresas de distribuição darem preferência aos produtos nacionais, de estabelecer quotas para os alimentos usados em organismos do estado (escolas, cantinas publicas, hospitais creches, etc.), em que uma dada percentagem desses alimentos terá de provir de pequenas e médias explorações locais.

3. Ajudas directas e ao investimento

Em relação às ajudas directas a opinião foi unânime que o actual sistema é perverso privilegiando os grandes proprietários de terras em detrimento dos pequenos e médios agricultores, os actuais desequilíbrios são tais que muitas das intervenções demonstraram a revolta existente exigindo a alteração desta politica agrícola comum. Um outro ponto abordado, chegou mesmo a ser considerado por um dos intervenientes

como um crime, foi o facto de se dar ajudas a quem não produz, um crime continuado que se teima em não acabar.

Em relação às ajudas ao investimento, em que se abordou o actual PRODER, a principal conclusão a reter é que mesmo que o atraso não fosse gravíssimo tal como está neste momento a sua execução, os pequenos e médios agricultores continuariam a não usufruir destes apoios. Estas medidas não são feitas para a grande maioria dos produtores portugueses, estão desajustadas da realidade do país, estão desajustadas da agricultura familiar.

4. Envelhecimento da população agrícola

Foi identificado como um dos maiores problemas do presente que irá sem dúvida comprometer o futuro. Não há sector que tenha futuro quando apenas 2% da sua população activa tem menos de 35 anos e quase 50% tem mais de 65 anos.

O PRODER, em que a medida ligada à instalação de jovens agricultores foi considerada pouco ambiciosa e atractiva (tendo mesmo em consideração as possibilidades que Bruxelas nos permite), em conjunto com o forte desinvestimento nas zonas rurais que se tem observado nos últimos anos, foram apontados como as principais razões.

5. Zonas desfavorecidas

Uma das discussões já iniciadas, em relação ao futuro da PAC, é a classificação das zonas desfavorecidas intermédias. As propostas apresentadas pela Comissão põem de parte todos os critérios socioeconómicos, utilizando apenas critérios Biofísicos, estas propostas podem vir a ser muito prejudiciais para estas regiões nomeadamente para as regiões desfavorecidas nacionais. Foi proposto que a CNA tudo fizesse para defender as zonas desfavorecidas, e que os critérios socioeconómicos devam continuar a par dos Biofísicos a serem tidos em conta.